

Até ao mês de Agosto registou-se uma melhoria homóloga do saldo global dos principais subsectores das administrações públicas, a qual estabilizou em torno de 2 mil milhões de euros. Não obstante essa melhoria, face aos riscos identificados na presente nota, não se afigura que fosse possível atingir a redução do défice em contabilidade pública (em cerca de 4,5 mil M€) sem recurso a medidas adicionais de consolidação orçamental para além das que já estavam previstas no OE/2011.

### Apreciação Global

1 No período de Janeiro a Agosto de 2011, o défice para o conjunto da Administração Central e da Segurança Social ascendeu a 5274 M€, melhorando 2141 M€ face ao período homólogo de 2010, o que se deveu quase exclusivamente ao contributo do subsector dos Serviços Integrados (SI). Todavia, esta melhoria seria de 1691 M€, caso se excluísse o efeito da operação de cessão de créditos, no âmbito da transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a CGA, no corrente ano, no montante líquido de 450 M€.

**Tabela 1. Saldo global por subsectores - Administração Central e da Segurança Social (M€)**

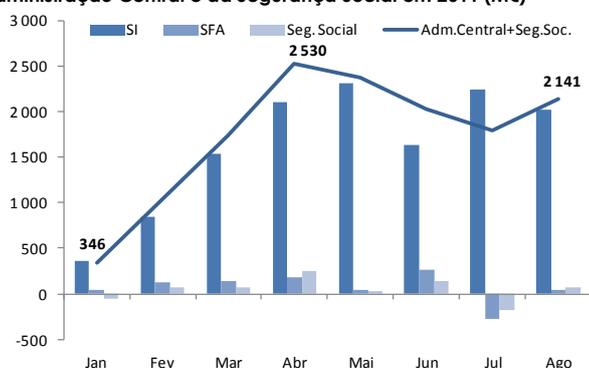
Subsector	2010	2011	Varição Homóloga
Estado	-9 226	-7 202	2 023
Serviços e Fundos Autónomos	1 150	1 194	44
<b>Saldo da Administração Central</b>	<b>-8 076</b>	<b>-6 008</b>	<b>2 068</b>
Segurança Social	660	734	74
<b>Saldo da Adm. Central + Seg. Social</b>	<b>-7 416</b>	<b>-5 274</b>	<b>2 141</b>
<b>Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT</b>	<b>-7 416</b>	<b>-5 724</b>	<b>1 691</b>

Fonte: DGO, Cálculos da UTAO.

Notas: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. [O montante líquido considerado no ajustamento relativo à transferência do Fundo de Pensões da PT Comunicações foi de 450 M€.

2 O gráfico seguinte revela que, em termos homólogos acumulados, a redução do défice do conjunto da Administração Central e da Segurança Social acentuou-se em Agosto – inflectindo o comportamento menos positivo que vinha apresentando desde Abril – exclusivamente por via das melhorias registadas nos excedentes dos subsectores dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e da Segurança Social. A melhoria registada no subsector dos SI reduziu-se face ao mês anterior encontrando-se agora sensivelmente ao nível verificado em Abril.

**Gráfico 1. Evolução da variação homóloga acumulada do saldo da Administração Central e da Segurança Social em 2011 (M€)**



3 O Documento de Estratégia Orçamental actualizou o objectivo para o défice das administrações públicas em contabilidade pública, compatível com o novo objectivo em contas nacionais, em 4,1% do PIB (aprox. 7 mil M€). Contudo,

esse objectivo não se encontra detalhado. Este montante corresponde a uma melhoria na ordem dos 4,5 mil M€, face ao défice registado em 2010. À melhoria registada até ao mês de Agosto acrescerá os efeitos das medidas adicionais, cuja concretização se concentrará no final do corrente ano.

4 A par da deterioração da conjuntura económica, os **principais factores de risco da execução orçamental** dos subsectores Serviços Integrados e Segurança Social, **face ao previsto no OE/2011**, são os seguintes:

#### Serviços Integrados

- Desde Junho que o crescimento da receita efectiva tem vindo a permanecer abaixo do previsto para o corrente ano, devido a uma menor ritmo de cobrança da receita não fiscal que o implícito no OE/2011 e, por outro lado, ao abrandamento que se tem registado na cobrança dos impostos indirectos, em parte, devido à contracção do consumo privado;
- Também desde Junho do corrente ano que o grau de execução da despesa efectiva tem excedido o padrão médio dos últimos 4 anos (ver Tabela 3), sendo de destacar o comportamento menos favorável da despesa corrente primária, cujo desvio face ao referido padrão atingiu o valor mais elevado desde o início do corrente ano;
- A aceleração das despesas com juros e outros encargos no 2.º semestre, em resultado do aumento do custo de financiamento e do recurso a emissões de curto prazo, acima do esperado no OE/2011;
- Eventual abrandamento do ritmo de redução da despesa corrente primária, considerando o montante de encargos assumidos e ainda não pagos incorridos no presente ano até Agosto para aquele agregado (152,9 M€);
- A concessão de empréstimos de curto prazo (de apoio à tesouraria) a empresas públicas poderá implicar um aumento do défice em contabilidade nacional, no caso dos empréstimos concedidos a empresas fora do perímetro de consolidação.

#### Segurança Social

- A receita proveniente de Contribuições e Quotizações, encontra-se 1,8 p.p. abaixo do previsto no OE/2011, contribuindo fortemente para o desvio da receita efectiva face ao objectivo implícito no OE/2011;
- A despesa com pensões por velhice, responsável por quase metade da despesa efectiva deste subsector, encontra-se 1,6 p.p. acima do previsto no OE/2011.

5 A contrabalançar estes riscos identificados para o cumprimento do objectivo constante no OE/2011, o Governo da República anunciou as já referidas **medidas adicionais**, algumas das quais já aprovadas pela Assembleia da República, incidentes sobre a tributação em sede de IRS, IVA, receita adicional de concessões face ao previsto no OE e transferência de fundos de pensões [ver Quadro III.4 do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015].

6 A primeira avaliação regular do Programa de Assistência Financeira concluiu que não foi atingido o limite de défice das administrações públicas (5,4 mil M€) definido para o 1.º semestre de 2011, em contabilidade pública, mas considerando o universo de contas nacionais [“*floor on the consolidated General Government cash balance (cumulative)*”], dado que o mesmo se terá situado em 5,1 mil M€.

7 Refira-se por último que a análise da execução orçamental encontra-se dificultada por um conjunto de factores que influenciam as comparações homólogas referentes à receita e à despesa: *i)* a não actualização dos quadros do Relatório do OE/2011 em conformidade com a revisão em alta da meta para o défice; *ii)* a inscrição no OE/2011 de uma dotação de 1000 M€, no âmbito do subsector dos Serviços Integrados (SI), para aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010; *iii)* o efeito de base decorrente do facto da subida da tributação (nos termos da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho) só ter começado a produzir efeitos na receita a partir do 2.º semestre de 2010; *iv)* a regularização da totalidade das responsabilidades que se previa pagar às concessionárias de infra-estruturas rodoviárias no corrente ano (cerca de 590 M€); *v)* a ausência de informação completa referente às despesas com pessoal de alguns SFA em 2010; *vi)* a antecipação da receita relativa à transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), através de uma operação de cessão de créditos.

### Serviços Integrados

8 No período em análise, o saldo global do subsector dos SI atingiu um défice provisório de 7202 M€, o que representa uma melhoria de 2023 M€ face a igual período homólogo do ano anterior. Esta melhoria teria sido superior em 858 M€, caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido, de forma linear, ao ritmo implícito no OE/2011 para o conjunto do ano (6% no caso da receita e -4,7% no caso da despesa corrigida da dotação relativa ao material militar de sub-superfície) – ver Tabela 2.

Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
<b>1. Receita Corrente</b>	<b>22 255,8</b>	<b>23 503,9</b>	<b>5,6</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>
Receitas fiscais	20 158,9	21 181,1	5,1	4,5	3,8
<b>Impostos Directos -dos quais:</b>	<b>7 747,6</b>	<b>8 168,9</b>	<b>5,4</b>	<b>1,9</b>	<b>1,5</b>
IRS	4 848,8	4 951,6	2,1	0,5	7,2
IRC	2 893,9	3 169,2	9,5	1,2	-8,9
<b>Impostos Indirectos -dos quais:</b>	<b>12 411,3</b>	<b>13 012,2</b>	<b>4,8</b>	<b>2,6</b>	<b>5,4</b>
ISP	1 597,6	1 545,3	-3,3	-0,2	-0,5
IVA	8 034,3	8 880,9	10,5	3,7	9,1
ISV	579,5	478,1	-17,5	-0,4	-2,4
I. Tabaco	891,2	828,8	-7,0	-0,3	-5,5
Receitas correntes não fiscais	2 096,9	2 322,8	10,8	1,0	21,8
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>432,1</b>	<b>283,7</b>	<b>-34,3</b>	<b>-0,7</b>	<b>32,1</b>
Saldos da Gerência Anterior	382,1	172,4	-54,9	-0,9	-94,6
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>22 687,9</b>	<b>23 787,6</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	<b>6,0</b>
<b>4. Despesa Corrente Primária -da qual:</b>	<b>26 915,7</b>	<b>25 299,4</b>	<b>-6,0</b>	<b>-5,1</b>	<b>-7,0</b>
Despesas com o pessoal - das quais	7 360,9	6 623,8	-10,0	n.c.	-15,5
Remunerações Certas e Perman.	5 469,9	5 114,8	-6,5	-1,1	-10,6
Aquisição bens e serviços correntes	719,6	962,4	33,7	n.c.	34,1
Transferências correntes	18 309,3	17 232,0	-5,9	-3,4	-7,3
Subsídios	255,6	138,1	-46,0	-0,4	-10,9
<b>5. Despesa de Capital - da qual:</b>	<b>1 860,1</b>	<b>2 105,9</b>	<b>13,2</b>	<b>0,8</b>	<b>5,3</b>
Transferências de capital	1 646,8	1 893,0	14,9	0,8	41,2
<b>6. Despesa Primária (4+5)</b>	<b>28 775,9</b>	<b>27 405,4</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,3</b>	<b>-5,9</b>
7. Juros e outros encargos	3 137,7	3 584,5	14,2	1,4	26,7
<b>8. Despesa Efectiva (6+7)</b>	<b>31 913,6</b>	<b>30 989,9</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,7</b>
9. Saldo Primário (3-6)	-6 088,0	-3 617,8	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-9 225,7	-7 202,3	:	:	:
<b>Ajustamentos na despesa:</b>					
<b>A. Nova forma de contabilização das despesas com a ADSE:</b>					
Despesas com o pessoal	6 959,6	6 623,8	-4,8	-1,1	n.c.
Aquisição bens e serviços correntes	1 120,9	962,4	-14,1	-0,5	n.c.
<b>B. Objectivos OE/2011, excluindo a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície *</b>					
Despesa de Capital	1 860,1	2 105,9	13,2	0,8	-19,8
Despesa Primária	28 775,9	27 405,4	-4,8	-4,3	-8,1
Despesa Efectiva	31 913,6	30 989,9	-2,9	-2,9	-4,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: \* A taxa de crescimento do OE/2011 ajustada exclui a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010. | n.c. – não comparável.

9 A **receita efectiva** registou um crescimento de 4,8% em termos homólogos, ficando 1,2 p.p. abaixo do ritmo implícito no OE/2011 (6%). Convém referir que o crescimento da receita efectiva se encontra sustentada na **receita fiscal** – a qual cresceu 5,1% em termos homólogos, encontrando-se 1,3 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (3,8%) – uma vez que quer a receita de capital, quer a receita corrente não fiscal se encontram aquém do crescimento implícito para estas componentes no OE/2011.

10 A desaceleração registada no crescimento da cobrança dos impostos indirectos face ao mês anterior, a qual não será alheia à contracção que se tem verificado no consumo privado, foi mais que compensada pelo acréscimo da cobrança dos impostos directos, em particular, ao nível do IRC, o que se veio a traduzir numa melhoria da cobrança da receita fiscal (em Julho, a TVHA foi de 4,3%). No entanto, convém referir que o crescimento de 9,5% no IRC deveu-se quer a uma melhoria na cobrança bruta deste imposto (3,8%), mas também a menores transferências da derrama para os municípios (-51,5%), que a DGO atribuiu ao “*alargamento do prazo na entrega da declaração de rendimentos Modelo 22*”.

11 Apesar do abrandamento na cobrança dos impostos indirectos, o IVA continua a assumir um papel fundamental para o crescimento da receita efectiva, evidenciando um contributo de 3,7 p.p. para o crescimento de 4,8% na receita efectiva. No entanto, convém referir que a cobrança de IVA, a partir de Setembro, deixa de beneficiar de um importante efeito de base, o qual decorreu do aumento em 1 p.p. das taxas de IVA nos termos da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. Não será, portanto, expectável a manutenção de uma taxa de crescimento tão elevada até ao final do ano.

12 A **receita corrente não fiscal** cresceu 10,8%, um ritmo bastante inferior aos 21,8% previstos no OE/2011, o que é explicado, em grande medida, pela quebra, até ao momento, dos dividendos recebidos. De acordo com a Síntese da DGO, essa quebra prendeu-se com a não entrega de dividendos pela Caixa Geral de Depósitos e com a diminuição do contributo do Banco de Portugal.

13 A **despesa efectiva** dos SI registou uma diminuição homóloga de 2,9%, ligeiramente superior (em 0,2 p.p.) à redução implícita no OE/2011 (embora 1,8 p.p. aquém do objectivo corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície).

14 A **despesa primária** abrandou em 1,8 p.p. o seu ritmo de redução face ao mês anterior. Para este abrandamento contribuiu o pagamento de encargos assumidos e não pagos cujo stock diminuiu, em Agosto, 102,2 M€, sobretudo os relacionados com as Forças militares e de Segurança (97,8 M€).

15 A redução homóloga da despesa dos SI encontra-se alicerçada no contributo da **despesa corrente primária** em 5,1 p.p., o qual foi, no entanto, atenuado pelo aumento da despesa de capital e dos juros e outros encargos – ver Tabela 2.

16 Assim, no período em análise, a despesa corrente primária registou uma redução homóloga acumulada de 6%, encontrando-se, portanto, aquém da redução implícita do OE/2011 (-7%).

17 Neste âmbito, convém assinalar o decréscimo das transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas, das despesas com o pessoal e dos encargos com a aquisição de bens e serviços correntes (estas duas últimas rubricas, ajustadas do efeito da nova forma de contabilização da ADSE), com contributos de 3,4, 1,1 e 0,5 p.p.,

### Informação Técnica n.º 21/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Setembro de 2011 e sistemas aplicativos da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública.

respectivamente, para a redução da despesa efectiva dos SI. No entanto, assinala-se que a variação homóloga não ajustada das despesas com pessoal (-10%) encontra-se aquém do objectivo implícito no OE/2011 (-15,5%).

**18** Por seu lado, a **despesa de capital** registou um crescimento homólogo de 13,2%, situando-se bastante acima do objectivo implícito ajustado da já referida dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície (-19,8%).

**19** Os **juros e outros encargos** aumentaram 14,2% em termos homólogos, uma variação inferior à prevista no OE/2011 (26,7%). Com efeito, o grau de execução deste agrupamento encontra-se 10,7 p.p. abaixo do respectivo padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos – ver Tabela 3. Para efeitos de comparabilidade, refira-se que, se os juros e outros encargos tivessem sido pagos de forma uniforme (em 2010 e 2011), a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas 1,5% (em vez de 2,9%).

**20** O **grau de execução da despesa efectiva** dos SI foi superior (em 1 p.p.) ao padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos, o qual evidencia riscos no cumprimento dos objectivos implícitos no OE/2011. Se, por um lado, o grau de execução da despesa corrente primária continuou a situar-se acima do referido padrão (sobretudo por via das despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços), por outro, a despesa de capital apresentou um desvio de 15,2 p.p., que resulta da referida regularização de responsabilidades de anos anteriores e da anulação da dotação de 1000 M€ destinada à aquisição de material militar de sub-superfície, por contrapartida do reforço de despesa não efectiva.

**21** De notar que, corrigindo o efeito da regularização de responsabilidades de anos anteriores às concessionárias de infra-estruturas rodoviárias, o grau de execução da **despesa efectiva** seria inferior em 0,2 p.p. face ao grau de execução médio dos últimos quatro anos.

**Tabela 3. Desvio face ao padrão médio de execução orçamental (p.p.)**

	Jan-Mar.11	Jan-Jun.11	Jan-Jul.11	Jan-Ago.11
<b>Despesa Efectiva</b>	-0,9	1,3	0,2	1,0
1. Despesa Corrente Primária	0,5	1,3	0,4	1,4
Despesa Pessoal	1,3	4,3	3,4	3,9
Remun. Certas e Permanentes	0,9	1,9	2,1	2,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	-0,1	-1,1	0,6	-0,6
Segurança Social	4,5	13,2	10,0	11,9
Aq. Bens e Serviços	4,2	6,9	5,2	5,9
Trf. Correntes	0,3	0,6	0,4	1,7
Subsídios	0,4	-1,0	-16,4	-18,1
Outra desp. Corrente	-8,9	-19,0	-20,5	-22,2
2. Despesa de Capital	-4,3	17,0	14,4	15,2
3. Juros	-5,5	-10,0	-11,2	-10,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

**22** Em termos de despesa não efectiva, os **empréstimos de curto prazo** a empresas públicas, para apoio a tesouraria registaram em Agosto um aumento de 307,6 M€, totalizando no corrente ano 1649 M€. De acordo com informação veiculada pelos órgãos de comunicação social, 200 M€ daquele aumento destinaram-se à empresa pública Metro do Porto (que já se encontra incluída no perímetro das administrações públicas em contas nacionais).

### Serviços e Fundos Autónomos

**23** A análise da execução orçamental dos SFA (Tabela 4) encontra-se prejudicada não apenas pelos factores referidos no ponto 7 mas também porque o saldo global para o corrente ano, inscrito no OE/2011 (300 M€), está subestimado em 150 M€, devido ao facto da publicação da legislação que definiu a calendarização dos montantes a transferir pela PT Comunicações ter sido posterior à aprovação do OE. Por outro

lado, de acordo com DGO, a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring, através da qual se obteve uma antecipação da respectiva receita, foi recentemente objecto de uma renegociação que se traduziu num aumento dos níveis de receita e despesa em 144,2 M€, face ao montante previsto na alínea b) no nº 2 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro.

**Tabela 4. Execução Orçamental dos SFA**

	Milhões de Euros		Tvha (%)	Contr. p/ Tvha (p.p.)		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente	14 735,6	14 586,0	-1,0	-1,0	-2,5	0,2
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	2 687,2	2 519,9	-6,2	-1,1	:	0,0
2. Receita de Capital	882,6	1 273,1	44,3	2,5	0,1	-55,1
Outras transferências de capital	15,4	605,4	3,8	3,8	0,0	n.d.
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>15 618,2</b>	<b>15 859,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>-2,4</b>	<b>-6,9</b>
4. Despesa Corrente	13 788,2	13 867,1	0,6	0,5	0,3	-3,7
Despesas com o pessoal	1 631,0	1 818,5	11,5	1,3	1,4	0,2
Aquisição de bens e serviços	5 292,5	5 218,0	-1,4	-0,5	-0,3	-12,6
Despesa de Capital	680,4	798,0	17,3	0,8	0,2	10,7
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>14 468,6</b>	<b>14 665,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>0,5</b>	<b>-3,0</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>1 149,6</b>	<b>1 193,9</b>				
<b>Ajustamento relativo à operação de cessão de créditos:</b>						
Impacto no saldo global	0,0	450,0				
Receita efectiva ajustada	15 618,2	15 264,9	-2,3			
Despesa efectiva ajustada	14 468,6	14 521,0	0,4			
Saldo global ajustado	1 149,6	743,9				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da CGE/2010.

**24** O **saldo global** dos SFA atingiu um excedente orçamental de 1194 M€, do qual 450 M€ resultou do efeito da referida operação de cessão de créditos. Ajustado dessa operação, o saldo ascendeu a cerca de 744 M€, apresentando um desvio positivo face ao saldo ajustado implícito ao OE/2011 mas de menor dimensão face ao que se apura em termos não ajustados (Gráfico 2).

**Gráfico 2. Evolução do Saldo Global dos SFA em 2011 (M€)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: \* Excluindo o impacto da operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring; \*\* Excluindo a dotação inscrita no OE/2011 relativa à incorporação dos Fundos de Pensões da PT na CGA (300 M€).

**25** Excluindo o referido efeito nas dotações para 2010 e 2011, o saldo dos SFA inscrito no OE/2011 para o corrente ano tem subjacente uma melhoria de 468,5 M€, face ao excedente apurado na CGE/2010. Porém, a execução orçamental acumulada a Agosto traduz uma deterioração de 405,7 M€, embora em grande parte prejudicada pelo referido reporte incompleto das despesas com pessoal no período homólogo (de acordo com cálculos da UTAO, o total das despesas com pessoal pagas, no corrente ano, pelos organismos cujo reporte foi incompleto no período homólogo, terá ascendido a 295,2 M€).

**26** Ainda em termos ajustados, a **receita efectiva** registou uma diminuição homóloga 2,3%, que compara desfavoravelmente com o decréscimo de 1% implícito ao OE/2011 face à CGE/2010. Este desvio negativo é explicado sobretudo por uma diminuição da receita proveniente das Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-6,2%), bastante mais acentuada do que o previsto para o conjunto do ano.

### Informação Técnica n.º 21/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Setembro de 2011 e sistemas aplicativos da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública.

**27** O referido desvio não foi mais negativo porque o aumento da transferência do OE a título de contribuição financeira para a CGA (13,4%), encontra-se 6,2 p.p. acima do implícito no OE/2011, tendo aquele agrupamento apresentado um ritmo de execução mais acentuado (71,4% face a 67,5% no período homólogo).

**28** Relativamente à evolução da **despesa efectiva**, e uma vez que esta se encontra influenciada pelos factores referidos nos pontos 7 e 23, salienta-se apenas o facto da diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços (-1,4%), se encontrar ainda bastante aquém da redução de 12,6% implícita no OE/2011, devido ao facto da Administração Regional de Saúde do Norte ter apresentado um grau de execução 8,5 p.p. acima do registado no período homólogo.

### Segurança Social

**29** No período em análise, o subsector da Segurança Social registou um excedente orçamental de 734 M€ (74 M€ acima do registado no período homólogo de 2010), invertendo a situação verificada até Junho, período no qual o saldo se situava 173 M€ abaixo do homólogo de 2010.

**30** Esta melhoria do saldo global ficou a dever-se ao crescimento da **receita efectiva** em 0,3%, acompanhado de uma redução da despesa efectiva em 0,2%. Ainda assim, face ao implícito no OE/2011, regista-se um desvio negativo na evolução da receita efectiva (-0,6 p.p.) que é compensado por um desvio favorável ao nível da despesa efectiva (1,3 p.p.).

**31** Os factores mais relevantes que permitiram alcançar este resultado foram os seguintes:

- A recuperação registada ao nível da receita oriunda de contribuições e quotizações que, com um crescimento homólogo de 2,9% contribuiu com 1,6 p.p. para o crescimento da receita efectiva. Contudo, esta rubrica regista ainda um desvio negativo de 1,8 p.p. face à respectiva previsão de crescimento subjacente ao OE/2011;
- A aceleração do crescimento da receita proveniente de transferências do Fundo Social Europeu (60,9%) que, com um contributo de 2,3 p.p., situou a respectiva variação homóloga 13 p.p. acima do implícito no OE/2011;
- Em sentido contrário e mantendo a tendência dos meses anteriores, a receita oriunda de transferências correntes do OE (no âmbito do financiamento da Lei de Bases da Segurança Social) registou um contributo negativo para a evolução da receita (-4,2 p.p.). A contenção que se tem vindo a registar na execução desta rubrica encontra-se em linha com o previsto no OE/2011 (-12,3%).

**32** A **despesa efectiva** registou uma redução de 0,2%, comparando favoravelmente com o aumento de 1,1% previsto no OE/2011. Mantém-se a tendência de diminuição das prestações sociais (contributo de -1,3 p.p.), sobretudo por via da redução da despesa com subsídio familiar a crianças e jovens, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção. A despesa com pensões aumentou 3% (contributo de 1,8 p.p.), pese embora essa variação ter sido mais do que compensada pela redução das prestações sociais referidas. Continua a registar-se um aumento da despesa com acções de formação profissional suportadas pelo Fundo Social Europeu (1,3 p.p.).

**Tabela 5. Execução Orçamental da Segurança Social**

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória:
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	Tx Cresc. OE/2011 (%)
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>15 741,3</b>	<b>15 807,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,8</b>
Contribuições e quotizações	8 886,3	9 143,7	2,9	1,6	4,7
Transf. correntes da Ad. Central	5 255,1	4 591,8	-12,6	-4,2	-12,3
Transf. do Fundo Social Europeu	603,5	970,8	60,9	2,3	47,8
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>25,3</b>	<b>2,8</b>	<b>-88,8</b>	<b>-0,1</b>	<b>52,2</b>
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>15 766,6</b>	<b>15 810,3</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>0,9</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>15 093,7</b>	<b>15 064,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>1,1</b>
Prestações Sociais	13 593,7	13 404,1	-1,4	-1,3	-0,4
Pensões	8 957,1	9 221,6	3,0	1,8	2,9
Sub. familiar a crianças e jovens	666,6	450,4	-32,4	-1,4	-23,9
Subsídio por doença	298,6	304,3	1,9	0,0	-3,6
Sub. desemprego e apoio ao emp.	1 530,4	1 377,4	-10,0	-1,0	-7,1
Complemento Solidário p/ Idosos	175,8	181,4	3,2	0,0	2,6
Rendimento Social de Inserção	372,7	280,9	-24,6	-0,6	-23,1
Acções de Formação Profissional	801,5	1 001,2	24,9	1,3	31,5
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>12,5</b>	<b>11,7</b>	<b>-6,5</b>	<b>0,0</b>	<b>35,2</b>
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>15 106,2</b>	<b>15 076,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>1,1</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>660,5</b>	<b>734,1</b>			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

### Dívida não financeira das AP e Outras Entidades

**33** No âmbito das medidas constantes no Programa de Assistência Financeira, a Síntese Orçamental da DGO passou a divulgar informação sobre a totalidade dos pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) existentes nos diferentes subsectores que constituem as Administrações Públicas, bem como de Outras Entidades (Hospitais EPE, e Empresas públicas não reclassificadas).

**34** Em Junho, de acordo com o inquérito efectuado a 6157 entidades, o valor das dívidas por pagar há mais de 90 dias ascendia a 4053 M€, tendo em Julho reduzido 28 M€. Este resultado encontra-se em linha com o objectivo de redução ou extinção do valor global dos pagamentos em atraso, expresso no Memorando de Entendimento Técnico MET, pese embora os hospitais EPE, e as entidades públicas reclassificadas, terem registado um aumento destas dívidas, respectivamente de 30 e 28 M€.

**35** Por sectores, as Administrações Públicas concentram aproximadamente 2/3 do total das dívidas por pagar há mais de 90 dias, com particular destaque para o subsector da Administração Local que absorve 39,7% em contraste com os 6,9% da Administração Central excluindo a Saúde. O restante 1/3 é explicado na quase totalidade pelos Hospitais EPE (34,1%).

**36** A referida informação revela igualmente, até Julho, um stock de encargos assumidos e não pagos de 6.490 M€ do conjunto das administrações públicas, do qual aproximadamente 2/3 corresponde ao subsector da administração local (4037 M€).